

# O impacto da aposentadoria no retorno migratório ao Rio Grande do Norte e ao semiárido potiguar<sup>1</sup>

*The impact of retirement on migratory return to Rio Grande do Norte and the Potiguar semiarid region*

*Ricardo Ojima*  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*Paulo Roberto Medeiros Azevedo*  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*Herick Cidarta Gomes Oliveira*  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

**Resumo:** A migração de retorno tem se destacado nos estudos da área por se tornar mais representativo nos últimos anos. O Rio Grande do Norte (RN), como um estado particular no contexto nordestino devido aos seus saldos migratórios positivos, tem cerca de 30% de seus imigrantes como retornados. Assim, com o objetivo de entender alguns processos que estão envolvidos na explicação da migração de retorno para o RN, desenvolveram-se uma análise dos dados sobre migração do Censo Demográfico 2010, valendo-se de um modelo de regressão logística, para avaliar, entre outras, o impacto da seguridade social no retorno migratório. Analisaram-se também os diferenciais relacionados ao destino desse retorno para a região semiárida. Portanto, observou-se que a aposentadoria ou pensão é a variável que melhor explica a migração de retorno no modelo logístico. Confirmando para o RN o que parte da literatura da área destaca como elementos importantes para o retorno migratório.

**Palavras-chave:** Migração de Retorno; Aposentadoria; Semiárido; Desenvolvimento Regional.

**Abstract:** Return migration has been highlighted in studies of the area because it has become more representative in recent years. Rio Grande do Norte (RN), as a particular state in the Northeastern context due to its positive migration balance, has about 30% of its immigrants as returnees. Thus, in order to understand some processes that are involved in the explanation of return migration for the RN, it was developed an analysis of migration data of 2010 Census, making use of a logistic regression model to assess the impact of social security in return migration. We also analyzed the differences related to the fate of this return was to the semiarid region. Therefore, it was observed that retirement or pension is the variable that best explains the return migration in the logistic model. Confirming for the RN what part of the literature highlights as important factors for return migration.

**Keywords:** Return migration; Social Security; Semiarid; Regional Development.

**JEL:** O15

## Introdução

Nos últimos anos a migração de retorno vem se tornando um campo de estudos cada vez mais importante dentro da área de mobilidade espacial da população. No Brasil, inúmeros migrantes estão retornando à sua Unidade da Federação (UF) natal após um período de residência em outra UF. Essa migração, devido às suas características particulares, podem trazer consequências para a dinâmica demográfica da região e torna-se um desafio para a implantação de políticas públicas com objetivo de preparar-se para os possíveis impactos dessas

---

<sup>1</sup>Este trabalho foi desenvolvido no âmbito dos projetos: "Impacto dos Programas de Transferência de Renda sobre a Dinâmica Populacional e Redução da Pobreza no Semiárido Setentrional Nordeste" (CNPq, processo: 457110/2013-9), "Migração e políticas sociais no semiárido setentrional: características sociodemográficas e fatores de atração/retenção" (CNPq, processos: 403853/2012-5) e Por uma demografia da seca: urbanização, migrações e vulnerabilidade no semiárido setentrional.

transformações(CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO, 2008; FERREIRA; MOREIRA, 2011; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011; FUSCO; DUARTE, 2010; RIBEIRO;CARVALHO;WONG, 1996; RIBEIRO, 1997).

Alguns estudos indicam que com o advento do benefício de aposentadoria ou pensão, tem-se verificado a preferência do indivíduo em retornar à sua UF de origem, havendo um maior envolvimento e participação dos aposentados e pensionistas na migração de retorno. Sendo assim, o migrante que possui o benefício de aposentadoria ou pensão, conquistaria uma independência financeira com o fim do vínculo laboral e poderia decidir por retornar ou não a seu estado natal (CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO, 2008).

O migrante de retorno seria, portanto, o indivíduo que deixou de residir em sua região de nascimento por um determinado tempo e, futuramente, retorna a residir em sua região natal. A saída inicial deste indivíduo da UF pode ter ocorrido por diversas motivações, podendo algumas destas ser a procura por melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida. Com o passar dos anos observa-se que o retorno dos migrantes para seus estados de origem são motivados por razões que podem ser tanto o insucesso em sua busca por melhores empregos e qualidade de vida, como até mesmo o sucesso que estimula o indivíduo o interesse de usufruir dos benefícios conquistados em sua terra natal, buscando a proximidade de seus familiares. Nesse último caso, o migrante encontra-se geralmente em idade mais avançada e, tendo conquistado o direito à aposentadoria ou pensão, busca então uma vida mais tranquila em sua terra natal, durante a velhice (CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO; 2008).

Por conseguinte, o retorno da população ao seu estado de origem ocasiona diversos efeitos demográficos nos estados envolvidos, por exemplo, grandes mudanças no volume e no perfil etário de sua população, tanto do estado que foi inicialmente receptor destes, como também daqueles aos quais os mesmos estão retornando. Os impactos sobre a estrutura de serviços públicos nessas regiões agora receptoras demandariam uma preparação para o recebimento desta população em retorno, através da promoção de políticas voltadas às necessidades de uma população mais envelhecida.

Poucas pesquisas relacionadas à migração de retorno visam compreender as motivações que levam os migrantes a retornar ao seu estado natal (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005), pois as informações disponíveis para inferir sobre os aspectos motivacionais não permitem essa aproximação. Entretanto, seria possível identificar e até qualificar alguns aspectos que podem ser relevantes nessa decisão. Desta forma, este artigo busca compreender as características e o contexto sociodemográfico que se relacionam com a ocorrência do retorno do migrante ao estado do Rio Grande do Norte, considerando o impacto relacionado ao advento da aposentadoria ou pensão do INSS no retorno migratório.

Para isso foram utilizados os microdados do Censo Demográfico de 2010, pois se torna possível obter informações e estimativas sobre as características da população e de suas condições socioeconômicas tanto do país, como das grandes regiões, das Unidades da Federação e seus respectivos municípios. Logo, partindo da hipótese de que há influência da aposentadoria ou pensão na decisão de retorno ao estado natal, surge o seguinte questionamento: Qual a chance de que ao aposentar-se ou tornar-se pensionista do INSS o migrante natural do estado do Rio Grande do Norte decida retornar? Nesse sentido, o trabalho se vale de um modelo de regressão logística para analisar a chance de ocorrência da migração de retorno em comparação à chance de outras variáveis.

## **2. Migração e retorno ao Rio Grande do Norte**

No início da década de 1940, segundo Ribeiro, Carvalho e Wong (1996), os estudos sobre os movimentos populacionais no Brasil afirmam que o grande aumento da população urbana brasileira teve como principais motivos impulsores os fortes fluxos migratórios em direção às cidades, sobretudo aqueles oriundos da região Nordeste em direção aos grandes centros do Sudeste do país. Ainda de acordo com os autores, na década de 1960 chegaram a sair da região Nordeste cerca de 2,2 milhões de pessoas e na década seguinte (1970) este número chegou a mais de 3 milhões de pessoas.

Nesse período a região Sudeste se tornou um dos principais destinos dos migrantes Nordestinos devido, principalmente, à oferta de diversas oportunidades de emprego. Assim, o Sudeste apresentou um ganho líquido de 816 mil pessoas em sua população por migração, na década de 1960, alcançando na década de 1970 a um resultado líquido de cerca de 2,2 milhões de pessoas.

No Brasil, entre 1960 e o final dos anos 1980, saíram do campo em direção às cidades cerca de 43 milhões de migrantes. De fato, a associação entre a modernização da agricultura, através da mecanização e outros elementos (MATOS; PESSÔA, 2011) e a concentração de investimentos em desenvolvimento urbano do período condicionaram um processo de redistribuição populacional no país.

Muito concentrado no Rio de Janeiro e, fundamentalmente em São Paulo, o desenvolvimento da economia ampliou os desequilíbrios regionais, inclusive entre a cidade e o campo, que não conseguia gerar o número de empregos que atendesse ao crescimento da sua força de trabalho. As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, principalmente, para as regiões metropolitanas do Sudeste, São Paulo em particular (BRITO; HORTA; AMARAL, 2001, p. 4)

Para Singer (1980), as migrações dentro deste contexto foram economicamente necessárias para atender os interesses do processo de acumulação produtiva da época. Nesse aspecto, a emigração das regiões economicamente estagnadas apresentaria um efeito depressivo na economia urbana devido ao baixo valor agregado na mão-de-obra de baixa qualificação e as remessas financeiras para as suas regiões de origem (BRITO, 2009; SINGER, 1980). Entretanto, mesmo com essas limitações, o migrante haveria de encontrar seu lugar no processo produtivo, mesmo que isso representasse o seu ingresso no exército industrial de reserva.

No Censo Demográfico de 1970 notou-se que o movimento migratório do período acentuava-se na faixa etária considerada como população jovem, faixa etária essa das idades de 15 a 29 anos. Revelando, assim, a seletividade migratória (CAMARANO: ABRAMOVAY, 1999) relacionada à atração pelo emprego e pelas oportunidades geradas através do aumento da industrialização e urbanização nessas regiões do país.

O cenário migratório no Brasil tem mudado em diversos aspectos nas últimas décadas, no qual o retorno do migrante a sua região natal tem crescido e adquirindo cada vez mais importância. No Brasil desde a década de 1970 o fluxo de pessoas retornando ao local de nascimento teve um aumento significativo representando cerca de 11% da migração total do país, se intensificando na década seguinte 1980 em função do surgimento de polos regionais nos locais de menor economia do país, além da desconcentração das atividades econômicas nos centros urbanos principalmente

no estado de São Paulo. Fato este que apresenta uma relação direta com o aumento do movimento de retornados para região Nordeste do país, tendo em vista que o estado de São Paulo foi um dos maiores receptores do fluxo de emigrantes nordestinos. Na década de 1990 houve uma continuidade do crescimento do fluxo de retornados, tendo como principal motivador a crise econômica nacional, tornando-se cerca de 24,5% da migração total do país e também permanecendo crescente o fluxo de retornados na década seguinte de 2000 até a atualidade (QUEIROZ, 2014).

Na região Nordeste do país neste novo cenário migratório é notável que houve uma grande parcela de participação nessa dinâmica do fluxo migratório de retorno, compreendido pelo fato desta região ter sido uma das principais regiões emissoras de população no movimento migratório nacional.

Com relação ao Nordeste, durante os quatro momentos em estudo, essa região atraiu a maior proporção de retornados em relação ao seu total de imigrantes, dinâmica já esperada. No interregno 1975/1980, o fluxo foi de 26,40%, aumentou para 38,70% no período 1986/1991, alcançou o patamar de 43,47% entre 1995/2000 e declinou para 37,53% no interregno 2005/2010, mas permaneceu como principal destino (Queiroz, 2014, p. 9)

Sobre o movimento migratório de retorno interestadual no Nordeste Brasileiro através dos períodos decenais foi visto que no decorrer das décadas se intensificou cada vez mais. No período de 1980 a região teve cerca de 444 mil imigrantes dos quais 208 mil eram retornados, já em 1991 dos 932 mil imigrantes da região cerca de 434 mil eram retornados. Observando que no período de 1981 a 1991 cerca de 45% dos emigrantes do estado de São Paulo eram retornados aos estados de nascimento, sendo que 63,7% destes emigrantes retornaram ao Nordeste vindos de São Paulo. Ainda sobre o Nordeste na década de 2000 dos 1,3 milhões de imigrantes cerca de 723 mil eram retornados, e em 2010 o número aumentou para 1 milhão de retornados dos 2,4 milhões de imigrantes. No período de 2010 o estado do Rio Grande do Norte, a qual é a UF pesquisada, teve cerca de 64 mil retornados dos 164 mil imigrantes, em que estes retornados representaram cerca de 39% do total de imigrantes ao estado, assim demonstrando a forte contribuição do movimento migratório de retorno ao fluxo migratório tanto na região Nordeste como no estado do Rio Grande do Norte. (GARCIA, RIBEIRO, LOBO, VERAS, 2014)

A intensificação no fluxo migratório de retornados a região Nordeste acima mencionado, segundo Jannuzzi e Oliveira (2010) é revelado como sendo reflexo das políticas públicas de planejamento urbano e regional implantadas desde a década de 70, com o objetivo de estruturar as cidades médias interioranas da região, levando estas a absorverem parte da demanda dos retornados ao estado. Também havendo participação das metrópoles nordestinas em atrair retornados, expandida através do aumento da oferta de trabalho que se concentraram nos setores de atividades não-tradicionais, em conjunto com as crises econômicas sofridas nos centros urbanos nacionais, que gerou com isso grande número de desemprego e dificuldade de manter-se empregado nestas, além do aumento da violência urbana nessas regiões, passando então a ser atraente o retorno as metrópoles Nordestinas, por estas oferecerem trabalho e menos violência comparado aos centros urbanos nacionais.

A partir de 1980 houve uma importante mudança nas tendências gerais dos fluxos migratórios do país, devido à nova realidade econômica experimentada pelos tradicionais centros receptores de migrantes e também pelos altos índices de desemprego e aumento da violência urbana. Tais fatores contribuíram para que novos pólos de atração migratória emergissem no cenário nacional. Assim, houve

uma relativa desconcentração da população a partir deste período. Para Cunha (1998, p.1),

não há como negar que fatores estruturais como a falta de emprego, precarização das relações de trabalho, subemprego, déficit habitacional, pobreza, entre outros, seriam os que, ao fim e ao cabo, acabariam por desestimular a permanência dos migrantes nos grandes centros.

Os dados da Tabela 01 indicam que a região Nordeste, até o início da década de 1980, apresentava uma taxa de imigração líquida muito menor comparada às demais regiões do país. Dado esse que revela a baixa participação da imigração na população nordestina e, portanto, apontando para uma relativa participação do Nordeste como fornecedora de mão-de-obra de migrantes no Brasil antes de 1970.

Tabela 01 - Taxa de imigração líquida das grandes regiões do Brasil, 1960-1980

| Região       | 1960  | 1970  | 1980  |
|--------------|-------|-------|-------|
| Norte        | 9,72  | 9,9   | 18,16 |
| Nordeste     | 6,31  | 5,93  | 6,49  |
| Sudeste      | 13,71 | 16,57 | 18,45 |
| Sul          | 16,83 | 17,5  | 14,06 |
| Centro-Oeste | 29,38 | 32,84 | 35,14 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960 a 1980.

O Rio Grande do Norte, durante a década de 1970, apresentou uma redução de seu saldo migratório negativo, juntamente com o estado de Sergipe, de forma mais rápida do que os demais estados do Nordeste. Esta tendência de redução destaca-se de maneira mais evidente dentro da faixa etária idosa, que foi a primeira a atingir saldo migratório positivo no estado, sugerindo uma influência de fatores associados às idades idosas nos fluxos migratórios, como por exemplo, a aposentadoria ou pensão no retorno de migrantes ao estado do Rio Grande do Norte (RIBEIRO; CARVALHO; WONG, 1996).

O estado também se apresentou diferente aos demais estados da região Nordeste por ser um dos que menos sofreu perdas populacionais e teve seu saldo migratório negativo revertido. Em 1970 seu saldo negativo era de 66 mil pessoas, enquanto que na década de 1980 o mesmo foi para cerca de 4,5 mil pessoas (redução de mais 93%). Estes diferenciais no estado poderiam ser explicados pelo fato de ter conquistado uma dinâmica migratória regional, compensando as saídas de migrantes com o seu forte relacionamento de transferência populacional com os estados vizinhos, a Paraíba e o Ceará.

Na década de 1990 o Rio Grande do Norte apresenta o saldo migratório positivo com um total de 20 mil pessoas. Essas mudanças são caracterizadas pela inversão dos fluxos migratórios no qual o estado se torna atrativo para migração, embora esse aumento também esteja ligado ao retorno de parte da população migrante nas décadas anteriores (OJIMA, 2012).

A Tabela 02 apresenta o saldo migratório dos segundos quinquênios das décadas de 1990 e 2000, por estado. Os números do saldo migratório indicam que o Rio Grande do Norte nos anos de 1995 a 2000 foi o único estado da região Nordeste a ter saldo positivo. Este saldo continuou positivo no período de 2005 a 2010 e, além disso, apresentou aumento. Em resumo, tem-se demonstrado crescimento do saldo

migratório positivo para o Rio Grande do Norte, tornando-se destaque entre a maioria dos estados da região Nordeste.

Analisando as heterogeneidades espaciais do Rio Grande do Norte, cerca de 98% da sua área (contendo 147 municípios) está localizada oficialmente na região semiárida delimitada pelo Ministério da Integração Nacional. A região não-semiárida norte-rio-grandense, por outro lado, representa apenas 2% da área do Estado, contendo apenas 20 municípios. A região semiárida é caracterizada por possuir limitadas condições físicas para a prática da agricultura e da pecuária, aliadas ao seu baixo dinamismo econômico, o que pode ser considerado um forte motivador da saída de sua população. Os municípios que fazem parte do semiárido possuem um volume médio anual de chuva inferior a 800 milímetros, apresentando também índice de aridez de até 0,5 e risco de ocorrência de seca maior que 60%.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, observou-se, entretanto, que o número de habitantes dessas subregiões do estado são muito próximas, isso ocorre devido à capital do estado e sua região metropolitana estarem contidas na região não-semiárida do estado. Sendo assim, pode-se perceber que há uma concentração populacional na porção não-semiárida do Rio Grande do Norte. Neste sentido, o estado apresenta características peculiares que ensejam uma análise mais detalhada dos seus fluxos migratórios. Afinal, trata-se de uma UF quase que integralmente contida no semiárido, mas que apresenta saldos migratórios positivos há algumas décadas.

Tabela 02 - Imigrantes, emigrantes e saldo migratório, segundo as Unidades da Federação - 1995/2000 e 2005/2010

| Unidades da Federação | 1995/2000       |                 |                  | 2005/2010      |                |                  |
|-----------------------|-----------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
|                       | Imigrantes      | Emigrantes      | Saldo Migratório | Imigrantes     | Emigrantes     | Saldo Migratório |
| <b>Brasil</b>         | <b>51996093</b> | <b>51996093</b> | <b>0</b>         | <b>4643754</b> | <b>4643754</b> | <b>0</b>         |
| Rondônia              | 83325           | 72735           | 10590            | 65864          | 53643          | 12221            |
| Acre                  | 13634           | 16070           | -2436            | 13882          | 14746          | -864             |
| Amazonas              | 89627           | 58657           | 30970            | 71451          | 51301          | 20150            |
| Roraima               | 47752           | 14379           | 33373            | 25556          | 11204          | 14352            |
| Pará                  | 182043          | 234239          | -52196           | 162004         | 201834         | -39830           |
| Amapá                 | 44582           | 15113           | 29469            | 37028          | 15228          | 21800            |
| Tocantins             | 95430           | 82515           | 12915            | 85706          | 77052          | 8654             |
| Maranhão              | 100816          | 274469          | -173653          | 105684         | 270664         | -164980          |
| Piauí                 | 88740           | 140815          | -52075           | 73614          | 144037         | -70423           |
| Ceará                 | 162925          | 186710          | -23785           | 112373         | 181221         | -68848           |
| <b>Rio G. Norte</b>   | <b>77916</b>    | <b>71287</b>    | <b>6629</b>      | <b>67728</b>   | <b>54017</b>   | <b>13711</b>     |
| Paraíba               | 102005          | 163485          | -61480           | 96028          | 125521         | -29493           |
| Pernambuco            | 164871          | 280290          | -115419          | 148498         | 223584         | -75086           |
| Alagoas               | 55966           | 127948          | -71982           | 53589          | 130306         | -76717           |
| Sergipe               | 52111           | 56928           | -4817            | 53039          | 45144          | 7895             |
| Bahia                 | 250571          | 518036          | -267465          | 229224         | 466360         | -237136          |
| Minas Gerais          | 447782          | 408658          | 39124            | 376520         | 390625         | -14105           |
| Espírito Santo        | 129169          | 95168           | 34001            | 130820         | 70120          | 60700            |
| Rio de Janeiro        | 319749          | 274213          | 45536            | 270413         | 247309         | 23104            |
| São Paulo             | 1223811         | 883885          | 339926           | 991314         | 735519         | 255795           |
| Paraná                | 297311          | 336998          | -39687           | 272184         | 293693         | -21509           |
| Santa Catarina        | 199653          | 139667          | 59986            | 301341         | 128888         | 172453           |
| Rio G. do Sul         | 113395          | 152890          | -39495           | 102613         | 177263         | -74650           |
| Mato G. do Sul        | 97709           | 108738          | -11029           | 98973          | 80908          | 18065            |
| Mato G.               | 166299          | 123724          | 42575            | 143954         | 121589         | 22365            |
| Goiás                 | 372702          | 169900          | 202802           | 363934         | 156107         | 207827           |
| D. Federal            | 216200          | 188577          | 27623            | 190422         | 175870         | 14552            |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

A migração de retorno é um dos elementos que compõem esse quadro de saldo positivo para o Estado, pois apresenta uma participação de 30% no total de imigrantes. Peso que aumenta significativamente se considerarmos o efeito indireto da migração de retorno, ou seja, o volume de imigrantes não-naturais do Rio Grande do Norte, mas que convivem em domicílios onde há migrantes retornados. Com isso, a participação da migração de retorno aumentaria para mais de 45% do volume total de imigrantes para a UF (OJIMA; NASCIMENTO, 2014).

Trata-se de um contexto peculiar e que pode significar a antecipação de importantes mudanças estruturais nos fluxos migratórios nordestinos. Um dos elementos importantes dessa transformação é a significativa redução das perdas migratórias com o estado de São Paulo que na década de 1970 era da ordem de 36 mil, mas que na década de 1990, passa para cerca de 11 mil pessoas. Compensando tais reduções nas perdas populacionais, o Rio Grande do Norte passa a apresentar um

mosaico mais diversificado de origens migratórias, ampliando seu alcance e contribuindo com a intensificação dos saldos positivos nas últimas décadas (OJIMA, 2012).

A Figura 01 ilustra a distribuição dos imigrantes de retorno e permite perceber que a maior parte dos imigrantes de retorno ao Rio Grande do Norte residiam, em 2010, na microrregião de Natal, que corresponde aos municípios de Natal, Extremoz e Parnamirim. Assim, 38% dos migrantes de retorno para o estado se dirigem para essa microrregião, indicando que a centralidade da região metropolitana exerce grande influência na atração destes retornados. Outra parcela dos retornados que aparece com destaque é a microrregião de Mossoró, com 10% dos retornados.

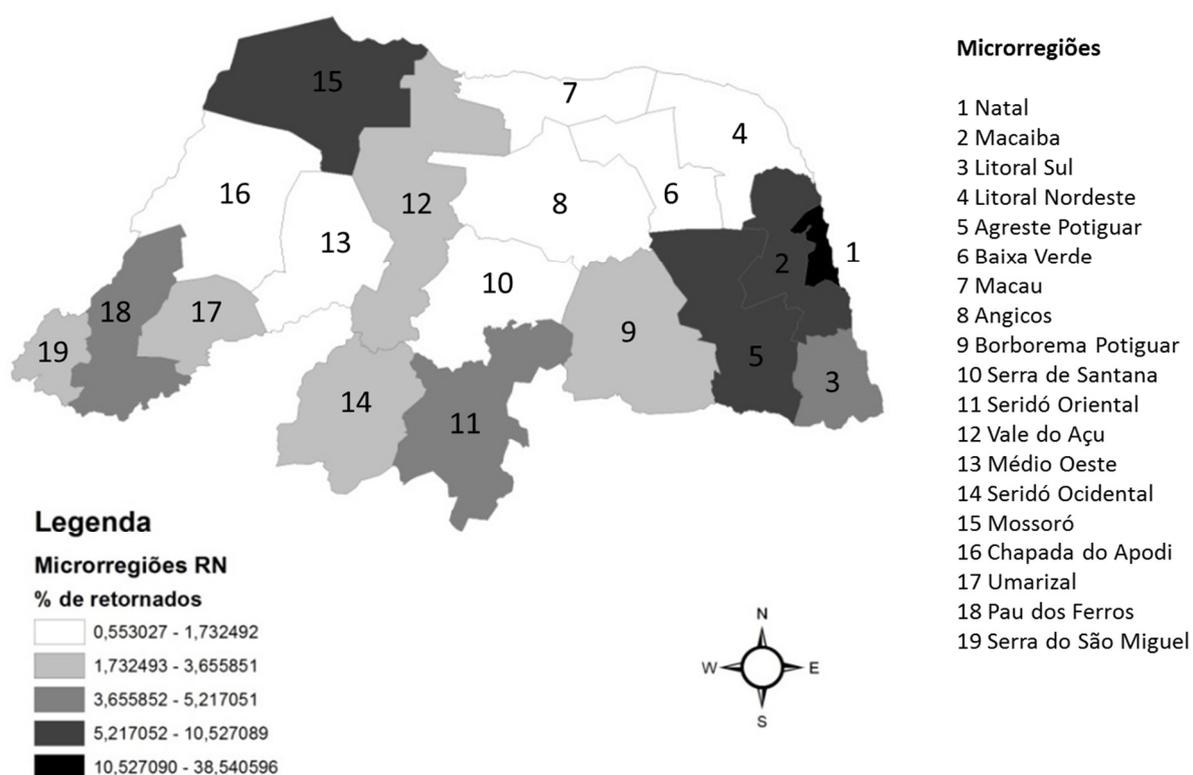


Figura 01 – Distribuição proporcional dos migrantes de retorno ao Rio Grande do Norte e segundo microrregião de residência, 2005/2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Entretanto, quando observamos o peso relativo dos retornados sobre o total de imigrantes para o Rio Grande do Norte, percebemos que não são essas mesmas microrregiões as mais significativas. Ou seja, embora Natal e Mossoró atraiam a maior parte dos retornados para o estado, quando se analisa o impacto da migração de retorno na imigração total, o seu volume significativo de imigrantes não-naturais diminui sua importância (ver Figura 02). São as microrregiões localizadas no semiárido do estado aquelas onde a migração de retorno mais impacta no volume total de imigrantes.

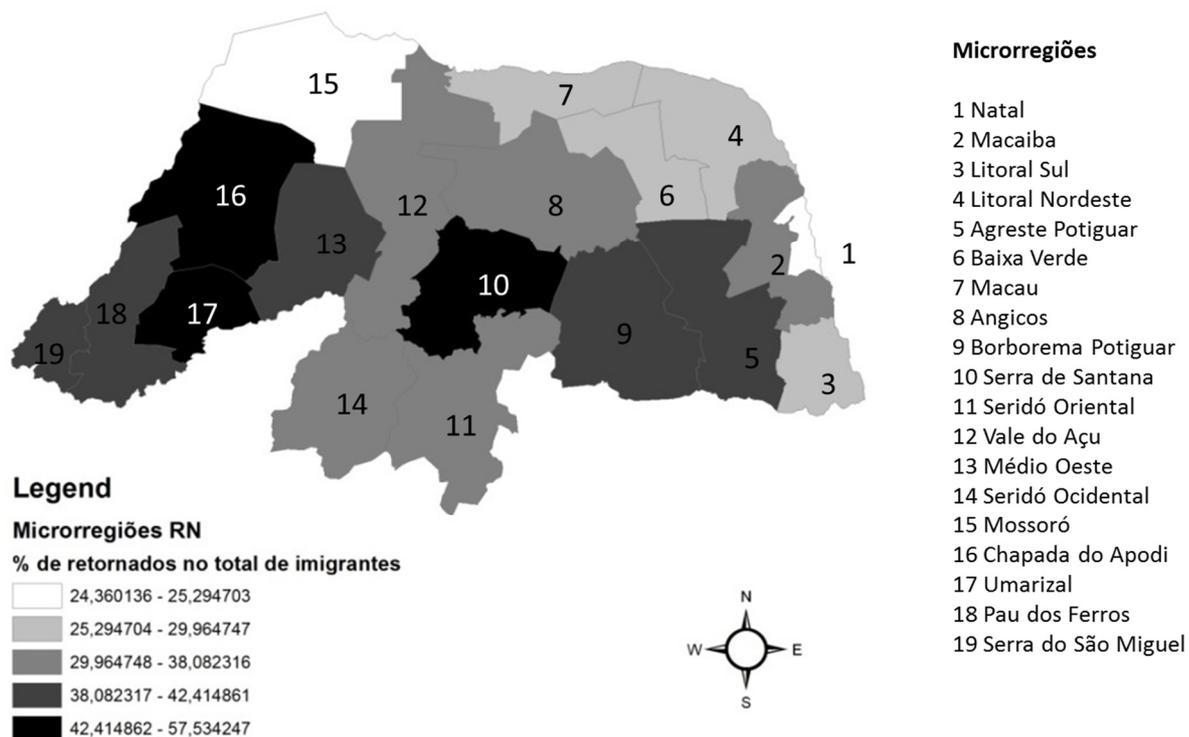


Figura 02 – Participação da migração de retorno sobre o total de imigrantes ao Rio Grande do Norte segundo microrregião de residência, 2005/2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

### 3. Aposentadoria no contexto da migração de retorno

Ao adquirir o direito do benefício de aposentadoria ou pensão o migrante passa a ter entre suas possibilidades migratórias o retorno ao seu estado de origem, pois sobre o mesmo não há mais o constrangimento motivado pelo vínculo empregatício com o estado em que passou a residir. Assim, o fator que teria sido seu maior motivador a deixar o seu estado natal em busca de oportunidades de emprego deixa de exercer tanta influência. Segundo Campos, Barbieri e Carvalho (2008, p. 1), “a migração pós-aposentadoria pode ser atrativa para aqueles que buscam redução do custo de vida, reunião familiar e moradia em locais que apresentam certas amenidades”. Sendo assim, o benefício de aposentadoria ou pensão leva o migrante a ter, além de recursos para retornar a seu estado de origem, o fim de seu vínculo com o estado de residência. Costa e Rigoti (2008, p. 1) afirmam que:

a migração pode fazer parte ainda de um planejamento em longo prazo de mudança de residência, quando o migrante se posiciona como um trabalhador que agregará bens e/ou benefícios no tempo da sua estada fora, retornando, mais idoso, para seu local de origem, para desfrutar a velhice, juntamente com seus familiares.

Mas esse retorno de migrantes, geralmente em faixa etária mais idosa, gerará aos estados natais custos sociais e políticas sociais mais específicas e focalizadas, ao mesmo tempo em que pode engendrar uma mudança significativa na dinâmica econômica dessas localidades, sobretudo, quando este retorno ocorre para aquelas

menores localidades. Isso se deve ao fato de que ao mesmo tempo em que estes migrantes trazem consigo uma receita monetária estável para regiões de relativa estagnação econômica, também geram pressões sobre o uso de serviços públicos, principalmente relacionados à saúde, pois essas localidades passariam a contar com uma população mais envelhecida.

Cabe destacar que, embora haja uma forte associação entre a idade e o benefício da aposentadoria ou pensão (CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO, 2008), não seria possível analisar apenas o recorte de idade populacional para entender a relação entre migração de retorno e aposentadoria. Isso ocorre devido ao fato de que, pela legislação, há diversas formas de se adquirir o direito do benefício de aposentadoria e, uma vez que o Censo Demográfico não discrimina estas modalidades de benefício, teríamos que analisar os casos de maneira agrupada.

Segundo o Decreto-Lei nº 8.213 de 24 de Julho de 1991, no que diz respeito à aposentadoria por idade, esta poderá ser solicitada aos 65 anos de idade se homem e aos 60 anos se mulher, desde que cumprida à carência de 180 contribuições mensais exigidas por lei, podendo ainda ser reduzida a idade limite para 60 anos homem e 55 anos mulher, sendo estes trabalhadores rurais. O valor do benefício consistirá numa renda mensal de 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 (doze) contribuições, não podendo ultrapassar 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. Podendo também este tipo de aposentadoria ser requerida pela empresa com caráter compulsório, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e ter completado 70 anos de idade se homem, ou 65 anos se mulher.

Outra modalidade de aposentadoria é adquirida por tempo de serviço, que poderá ser solicitada pelo homem com 30 anos de serviço, e pela mulher com 25 anos de serviço, que corresponde a 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício aos 35 anos de serviço se homem e 30 anos de serviço se mulher. Para a função de professor(a) magistério o tempo de serviço é reduzido em 5 anos para ambos os sexos, sendo integral o salário-de-benefício.

Outra forma de aposentar-se, ainda, é a invalidez. Esta é concedida ao empregado que é afastado de seu emprego, por ser considerado incapaz de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Para tanto, será beneficiário de auxílio enquanto permanecer nesta condição (constatada por exame médico-pericial a cargo da Previdência Social), desde que cumprida carência de 12 contribuições mensais. Por último, há a aposentadoria especial onde, uma vez cumprida à carência de 180 contribuições mensais exigidas por lei, o segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15, 20 ou 25 anos, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% do salário-de-benefício.

Adicionalmente, há ainda o benefício de pensão, que é considerado neste estudo pelo fato do quesito censitário sobre o tema não discriminar separadamente este benefício da aposentadoria. Sendo assim, a pensão por morte é devida ao conjunto dos dependentes legais do segurado que faleceu. O valor mensal da pensão por morte será de 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento. A pensão por morte, havendo mais de um dependente, será rateada entre todos em parte iguais.

#### **4. Algumas Características sociodemográficas do migrante retornado ao Rio Grande do Norte**

Os dados foram analisados com base no Modelo de Regressão Logística. A regressão logística é caracterizada por sua variável resposta ( $Y_i$ ) assumir dois valores (binário), sendo eles 0 e 1, denominados então "fracasso" e "sucesso". Desta forma, o "sucesso" é o evento de interesse.

Esse tipo de regressão tem como propriedade a descrição e predição da variável dependente, ou seja, a variável independente se torna explicativa em relação à variável dependente. A utilização do método de regressão logística neste estudo busca entender o nível de influência das variáveis escolhidas como explicativas dos modelos cujo sucesso é "o migrante é retornado ao Rio Grande do Norte", no período de referência da base de dados.

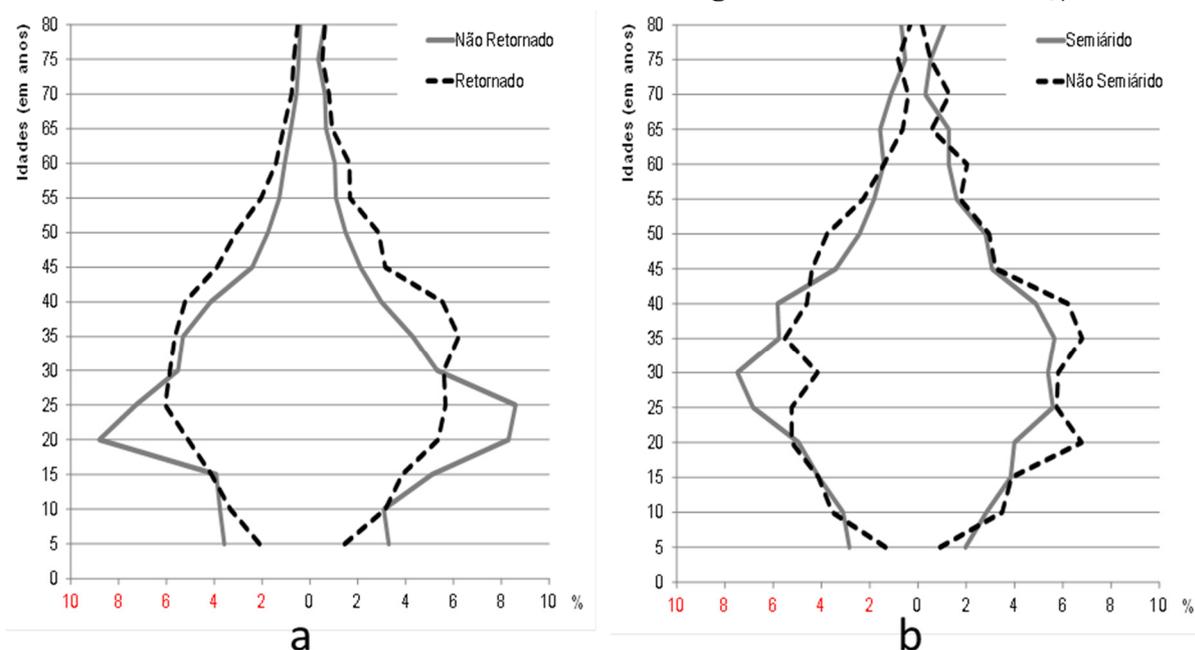
Para a construção dos modelos foram consideradas as seguintes definições, baseadas no Censo Demográfico 2010:

- **Migrante de retorno:** aquele indivíduo natural do estado do Rio Grande do Norte que declarou em resposta ao questionário da pesquisa ter morado em outra unidade da federação segundo a variável "Residência em 31 de julho de 2005", e retornou a residir no estado.
- **Aposentado ou pensionista do INSS:** identificação se o indivíduo estava aposentado ou era pensionista no mês de referência da aplicação do questionário ou não, pela pergunta "Em julho de 2010, tinha rendimento mensal habitual de aposentadoria ou pensão de instituto de previdência oficial (federal, estadual ou municipal)?".

Sendo assim, foram construídos modelos univariados para cada variável independente com o objetivo de verificar a relação individual das mesmas com a ocorrência do sucesso da variável resposta, anteriormente citada. Também foi construído um único modelo múltiplo contendo todas as variáveis explicativas, com o objetivo de verificar se, em havendo relação com uma variável explicativa, esta permaneceria com a presença das demais variáveis explicativas no modelo.

O Gráfico 01 mostra as pirâmides etárias de cada uma das modalidades de migrantes (que retornaram ou não e, dentre os retornados, se o destino é ao semiárido ou não) no Rio Grande do Norte. Pode-se observar que os migrantes não retornados são relativamente mais concentrados nas faixas etárias mais jovens, com destaque até os 30 anos de idade, variando um pouco conforme o sexo. Portanto, confirma-se a discussão suscitada pela literatura de que o migrante de retorno tende a ser mais idoso por já estar em um estágio mais avançado de seu ciclo de vida. Pode-se observar, ainda, que a distribuição etária de migrantes retornados à região semiárida norte-rio-grandense são relativamente semelhantes à região não-semiárida.

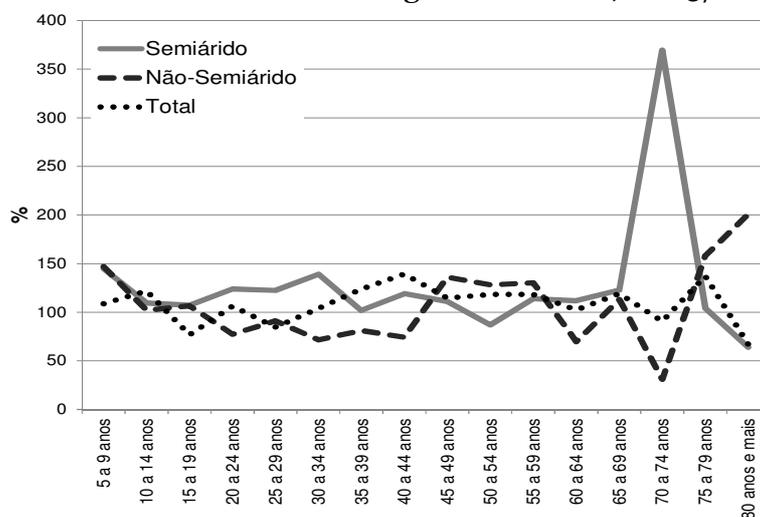
Gráfico 01 – Pirâmide etária dos migrantes segundo condição de retorno (a) ao estado do Rio Grande do Norte e conforme região de recorte (b), 2005/2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2010.

Entretanto, quando se trata da distribuição por sexo, notam-se algumas diferenças marcantes. Em geral, os imigrantes para o Rio Grande do Norte apresentam um relativo equilíbrio na razão de sexos (razão entre o total de homens pelo total de mulheres em cada faixa etária), mas que a partir dos 30 anos passa a ser ligeiramente mais concentrada entre os homens. Quando analisamos os dados relativos aos migrantes de retorno, separando por regiões de recorte, vemos uma tendência muito expressiva de mais homens em quase todas as idades, enquanto que na região não-semiárida só há mais homens entre os 45 a 59 anos e acima dos 79 anos de idade. Essas diferenças podem ser observadas a partir do Gráfico 02.

Gráfico 02 – Razão de sexos dos migrantes retornados ao estado do Rio Grande do Norte conforme recorte da região semiárida, 2005/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em relação à cor ou raça declarada, verifica-se que em todos os grupos (migrante de retorno da região semiárida e não-semiárida, migrante não-retornado do Rio Grande do Norte) compõem-se, em maioria, de raça branca ou parda. Pode-se verificar em relação ao estado civil, que no grupo dos migrantes não retornados a grande maioria foram de solteiros comparado aos que retornaram.

Sobre o nível de instrução declarada, verificou-se que a categoria “sem instrução e fundamental incompleto” se destaca entre as demais categorias utilizadas. Destaca-se o caso dos migrantes de retorno para o semiárido onde essa categoria representa quase 60% dos casos. Fato este que pode indicar que uma parte desses migrantes podem ter fracassado em sua trajetória migratória e retornam para o sertão. Aqueles que retornam para o não-semiárido, em geral apresentam proporções mais expressivas em níveis de escolaridade mais elevada. Destaca-se a participação daqueles que não possuem filhos tanto entre os migrantes retornados, como os não-retornados.

Considerando os aposentados ou pensionistas do INSS, verifica-se que os migrantes retornados apresentam maiores percentuais de beneficiários que os não retornados, fator esse que indica a influência do advento de um dos benefícios no retorno dos migrantes. Sob a ótica do recorte por região, o retorno de beneficiários para a região semiárida é levemente superior que para a região não semiárida. Por fim, a renda *per capita* do grupo de retornados na região semiárida apresenta-se como a menor de todas. Os migrantes não retornados apresentam renda quase três vezes superior do que os que retornaram (Tabela 03).

Tabela 3 – Características sociodemográficas dos migrantes do estado do Rio Grande do Norte, considerando as variáveis: migração de retorno e a região de recorte do ano de 2010

| Variáveis Sociodemográficas             | Categorias                            | Migrante de Retorno RN |               | Migrante de Retorno | Migrante não Retornado |
|---|---------------------------------------|------------------------|---------------|---------------------|------------------------|
|   |                                       | Semiárido              | Não Semiárido |                     |                        |
| <b>População</b>                        | -                                     | 50,8%                  | 49,2%         | 29,7%               | 70,3%                  |
| <b>Sexo</b>                             | Masculino                             | 53,9%                  | 47,9%         | 51,0%               | 51,1%                  |
|   | Feminino                              | 46,1%                  | 52,1%         | 49,1%               | 48,9%                  |
| <b>Idade Média</b>                      | -                                     | 35,1                   | 35,2          | 35,2                | 30,6                   |
| <b>Cor ou Raça</b>                      | Branca                                | 50,4%                  | 48,5%         | 49,5%               | 48,6%                  |
|   | Preta                                 | 4,2%                   | 3,2%          | 3,7%                | 4,4%                   |
|   | Amarela                               | 2,1%                   | 0,9%          | 1,5%                | 1,2%                   |
|   | Parda                                 | 43,3%                  | 47,1%         | 45,1%               | 45,7%                  |
|   | Indígena                              | 0,1%                   | 0,4%          | 0,2%                | 0,2%                   |
| <b>Estado civil</b>                     | Casado (a)                            | 37,2%                  | 36,9%         | 37,1%               | 31,4%                  |
|   | Divorciado (a)                        | 4,8%                   | 7,7%          | 6,2%                | 3,9%                   |
|   | Viúvo (a)                             | 3,4%                   | 2,6%          | 3,0%                | 2,8%                   |
|   | Solteiro (a)                          | 49,8%                  | 50,6%         | 50,2%               | 55,0%                  |
| <b>Nível de instrução</b>               | Sem instrução/fundamental incompleto  | 59,6%                  | 38,8%         | 49,4%               | 47,7%                  |
|   | Fundamental completo/médio incompleto | 17,9%                  | 15,2%         | 16,5%               | 16,4%                  |
|   | Médio completo/superior incompleto    | 17,9%                  | 35,4%         | 26,5%               | 26,1%                  |
|   | Superior completo                     | 4,5%                   | 10,0%         | 7,2%                | 9,6%                   |
|   | Não determinado                       | 0,2%                   | 0,7%          | 0,5%                | 0,3%                   |
| <b>Total Filhos</b>                     | 0                                     | 72,7%                  | 72,3%         | 72,5%               | 77,3%                  |
|   | 1                                     | 8,4%                   | 10,5%         | 9,4%                | 9,7%                   |
|   | 2                                     | 10,7%                  | 9,4%          | 10,1%               | 7,0%                   |
|   | 3                                     | 5,8%                   | 4,8%          | 5,3%                | 4,4%                   |
|   | 4                                     | 2,3%                   | 3,1%          | 2,7%                | 1,7%                   |
|   | 5 ou mais                             | 3,0%                   | 2,6%          | 2,8%                | 2,5%                   |
| <b>Aposentado / Pensionista do INSS</b> | Não                                   | 81,2%                  | 84,2%         | 82,7%               | 85,3%                  |
|   | Sim                                   | 14,0%                  | 13,1%         | 13,6%               | 7,7%                   |
|   | Ignorado                              | 0,0%                   | 0,4%          | 0,2%                | 0,1%                   |
| <b>Renda Per Capita</b>                 |                                       | R\$ 479,80             | R\$ 949,21    | R\$ 954,41          | R\$ 2.700,20           |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para cada uma dessas variáveis explicativas descritas nessa breve análise foram ajustados modelos de regressão logística univariados com objetivo de analisar suas relações de forma individual com a variável resposta. Posteriormente, também foi construído um único modelo de regressão logística múltipla, para verificar se a relação de cada variável explicativa com a ocorrência do sucesso da variável resposta em questão sofre ou não alteração com a presença das demais variáveis.

Tabela 4 – Distribuição dos resultados encontrados segundo os modelos univariados e múltiplo, conforme variáveis explicativas

| Variáveis Explicativas   | Categorias                              | Modelo Univariado |                | Modelo Múltiplo |                |
|--|---|-------------------|----------------|-----------------|----------------|
|  |   | OR                | I.C. de 95%    | OR              | I.C. de 95%    |
| Sexo (Ref. Feminino)   | Masculino                               | 0,99              | [0,96 - 1,03]  | 1,33            | [1,16 - 1,54]  |
| Cor ou raça (Ref. Branca)  | Preta                                   | 0,81              | [0,75 - 0,89]* | 0,72            | [0,66 - 0,78]* |
|  | Parda                                   | 0,97              | [0,94 - 1]     | 0,91            | [0,88 - 0,95]  |
|  | Outras                                  | 1,31              | [1,14 - 1,48]* | 1,3             | [1,26 - 1,38]* |
| Nível de instrução (Ref. Sem Instrução e Fundamental Incompleto)         | Fundamental completo e médio incompleto | 0,97              | [0,93 - 1,02]  | 1,17            | [1,11 - 1,23]  |
|  | Médio completo e superior incompleto    | 0,98              | [0,94 - 1,02]  | 1,32            | [1,26 - 1,39]  |
|  | Superior completo                       | 0,72              | [0,68 - 0,77]* | 1,11            | [1,03 - 1,19]  |
| Estado civil (Ref. Casado(a))  | Divorciado(a)                           | 1,34              | [1,24 - 1,45]* | 1,17            | [1,08 - 1,27]* |
|  | Viúvo(a)                                | 0,92              | [0,83 - 1,01]  | 0,66            | [0,59 - 0,74]  |
|  | Solteiro(a)                             | 0,77              | [0,75 - 0,8]*  | 0,95            | [0,91 - 1]     |
| Renda per capita (Ref. 0 a 1 s.m.)                                       | 2 a 4 s.m.                              | 0,47              | [0,44 - 0,5]*  | 0,38            | [0,36 - 0,4]*  |
|  | 5 ou + s.m.                             | 0,53              | [0,51 - 0,55]* | 0,44            | [0,43 - 0,46]* |
| Faixas de idade (Ref. 0 a 14 anos)                                       | 15 a 29 anos                            | 0,98              | [0,93 - 1,04]  | 0,75            | [0,69 - 0,81]  |
|  | 30 a 44 anos                            | 1,69              | [1,6 - 1,79]*  | 1,34            | [1,23 - 1,45]* |
|  | 45 a 59 anos                            | 2,25              | [2,11 - 2,41]* | 1,71            | [1,56 - 1,87]* |
|  | 60 anos ou +                            | 1,87              | [1,74 - 2,02]* | 1,06            | [0,95 - 1,19]  |
| Total de filhos nascidos ate 31/07/2010 (Ref. Nenhum)                    | 1 a 3                                   | 1,38              | [1,31 - 1,46]* | 0,94            | [0,89 - 1]     |
|  | 4 a 6                                   | 1,57              | [1,44 - 1,72]* | 0,87            | [0,79 - 0,96]  |
|  | 7 ou +                                  | 1,15              | [1,1 - 1,2]*   | 0,73            | [0,63 - 0,84]  |
| Região de Recorte RN (Ref. Não-Semiárido)                                | Semiárido RN                            | 0,76              | [0,74 - 0,78]* | 0,83            | [0,81 - 0,85]* |
| Aposentado ou pensionista do INSS (Ref. Não é aposentado ou pensionista) | Sim                                     | 1,89              | [1,79 - 1,99]* | 2,02            | [1,88 - 2,18]* |

Ref.: Indicativa da categoria de referência para a análise da razão de chances da variável.

\* Significante à nível de 0,05.

Para a regressão logística univariada o R<sup>2</sup> Cox & Snell variou de 0,000 a 0,022, o R<sup>2</sup> de Nagelkerke variou de 0,000 a 0,031 e a Estatística LR variou de 79245,424 a 245452,340. Para a regressão logística múltipla o R<sup>2</sup> Cox & Snell foi 0,057, o R<sup>2</sup> de Nagelkerke foi 0,080 e a Estatística LR foi 75810,245.

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

A Tabela 04 demonstra as relações obtidas através dos modelos, sendo possível observar a razão de chances (OR) com a possível ocorrência do retorno dos migrantes. Para compreensão dos modelos, os indivíduos expostos à análise constituíram o universo composto pelo total de migrantes naturais do estado do Rio Grande do Norte, que compreendem tanto os que retornaram, como os migrantes não retornados do estado. Tão somente para analisar as chances de ocorrência do retorno do indivíduo ao RN considerando o recorte da região adotado em semiárida e não-semiárida, foi necessário que o universo que compunha os indivíduos expostos à análise fosse composto pelo total de indivíduos migrantes retornados.

Percebe-se que a variável sexo não possui significância em relação ao retorno dos migrantes do norte-rio-grandense, ou seja, não altera as chances da ocorrência de sucesso da variável resposta no caso de migração de retorno. Fato que confirma o observado anteriormente pela análise da razão de sexos (Gráfico 3), onde se percebe que a migração de retorno não apresenta grandes diferenciais de seletividade por sexo.

Em relação à variável cor ou raça declarada no Censo Demográfico, nota-se através do modelo univariado que os que declararam cor ou raça preta têm 19% menos chances de retornarem que os de cor branca. E os indivíduos que declararam ser de outra cor ou raça (indígena, amarela, ignorada) possuem cerca de 30% a mais de chances de retorno em relação aos indivíduos brancos.

Em relação ao estado civil, verifica-se que a chance de retorno do migrante divorciado é 34% maior que a do casado(a). Essa é uma constatação interessante, pois vai de encontro à hipótese de que os vínculos pessoais e o capital social do indivíduo servem de mecanismo de suporte à migração. Assim, com o divórcio um vínculo se encerra, permitindo maior tendência ao indivíduo retornar à sua região de origem. Por outro lado, a categoria “solteiro” apresenta menos chances de ocorrência do que os casados. Assim, o que confirma que os migrantes de retorno tendem a ser pessoas em estágio de ciclo de vida mais avançado.

Através da variável da faixa de idades observa-se que a chance de retorno das faixas etárias entre 30 aos 59 anos são crescentes. Os indivíduos na faixa de idade entre 45 e 59 anos apresentam 125% de chance a mais de ocorrência de retorno do que o retorno de indivíduos na faixa de idade de 0 a 14 anos. Sobre a faixa etária a partir dos 60 anos, as chances de retorno dos indivíduos são 87% maiores que os indivíduos com idades entre 0 a 14 anos, confirmando que ao envelhecer os migrantes tendem a retornar a terra natal.

Verifica-se, ainda, que as chances de retorno do indivíduo natural do estado para a região semiárida são 24% menores do que o retorno para região não-semiárida do estado. Esse fato pode estar relacionado à região não-semiárida apresentar melhores condições econômicas que proporcionam melhor qualidade de vida, sobretudo para aqueles que se adaptaram ao estilo de vida urbano-metropolitano em seus antigos locais de residência, e o convívio com o semiárido não é mais parte dos seus planos.

Por fim, através da variável migrante aposentado ou pensionista do INSS, verifica-se que os migrantes que se tornam beneficiários do INSS, no modelo univariado, têm 89% a mais de chances de retornar do que o não aposentado. O mesmo ocorre no modelo múltiplo, onde há maior chance de ser retornado quando há benefício de INSS. Dentre todas as variáveis analisadas essa é uma das que mais são representativas, portanto, confirma-se a influência direta do advento da aposentadoria ou pensão do INSS no retorno dos migrantes do Rio Grande do Norte.

## **Considerações Finais**

A migração de retorno tem sido um dos principais aspectos de mudanças nos fluxos migratórios brasileiros e da região Nordeste. Com suas particularidades, o estado do Rio Grande do Norte tem demonstrado ser um receptor de migrantes tanto de retorno como não-retornados na região Nordeste. O retorno desses migrantes, conforme se observou através das análises empíricas, tem forte relação com o fato de o indivíduo ter adquirido direito a aposentadoria ou pensão. Assim, o migrante passa a não ter mais obrigações com a região de residência anterior e pode retornar ao seu estado natal.

A importância de se entender tais processos se dá pela necessidade de que haja um planejamento, visando melhorias para receber uma população em retorno. Assim, sendo o Rio Grande do Norte um estado que tem apresentado saldos migratórios positivos, torna-se mais importante identificar e entender os seus fluxos migratórios

e de retorno migratório para evitar que a falta de planejamento público onere mais ainda os serviços públicos e sociais no futuro. Por outro lado, espera-se que também haja um aquecimento da dinâmica econômica gerado pelas receitas perenes das aposentadorias ou pensões desses migrantes.

Assim, pelos resultados alcançados pode-se concluir que a tendência é que as migrações de retorno aumentem sua importância e impacto no futuro próximo, pois tendo em vista o processo de envelhecimento populacional brasileiro e a significativa relação dos benefícios com a migração de retorno para a região, pode haver um aumento na participação na migração de retorno no total da imigração do Rio Grande do Norte nos próximos anos. Isso sem considerar o significativo impacto indireto dos filhos dos migrantes de retorno que nasceram fora desta UF e que só retornaram devido à origem dos pais. Ou seja, imigrantes que não são contabilizados como retornados segundo estes critérios, mas que estão diretamente relacionados à migração de retorno.

## **Referências**

BRASIL. **Decreto-Lei** nº 8.213, de 24 de Julho de 1991. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8213.htm>> Acesso em: 12 de agosto 2013.

BRITO, F. As migrações internas no -Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2009.

BRITO, F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. L. A Urbanização Recente no Brasil e as Aglomerações Metropolitanas. Encontro da IUSSP, Salvador, **Anais...** Salvador: IUSSP. p. 4, 2001.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. IPEA, Rio de Janeiro, 1999.

CAMPOS, M. B.; BARBIERI, A. F.; CARVALHO, J. A. M. Migração e Previdência Social no Brasil entre 1980 e 2000. V Encontro Nacional sobre Migrações, Campinas. **Anais...** Campinas: ABEP, 2008.

CARVALHO, J. A.; FERNANDES, F. Estimativas dos saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e grandes regiões do Brasil. 1994. Disponível em: <[www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br)> Acesso em: 24/04/2007.

COSTA, C. C. R. C.; RIGOTI, J. I. R. Movimentos Migratórios para o Estado da Bahia: Efeitos diretos e indiretos da Migração de Retorno, 1991 – 2000. XI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu-MG. **Anais...** Campinas: ABEP, 2008.

CUNHA, J. M. P. (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/1991: qual o efeito da crise? In: XI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu-MG. **Anais...** Campinas: ABEP, 1998.

FERREIRA, M. F.; MOREIRA, P. H. M. **Fatores associados à mobilidade espacial no Brasil: uma análise do perfil do migrante recente.** vi, 56 f. Monografia (Bacharelado em Estatística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011, P. 9-14. 2011.

FUSCO, W.; DUARTE, R. Regiões metropolitanas no Nordeste: origens, destinos e retorno dos migrantes. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG. **Anais...** Campinas: ABEP. 2010.

GARCIA, R. A., RIBEIRO, A. M., LOBO, C. F. F. e VERAS, D. F. G. Movimentos migratórios no Brasil: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno na primeira década do século XXI. In: XIX Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. São Pedro-SP: ABEP, nov. 2014, p. 9 e 11.

GOLGHER, A. B.; JUNIOR, A. F. A. Migrantes e Não-Migrantes em Minas Gerais: Influência de fatores pessoais e de contexto socioeconômico e criminal. XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu-MG. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.

IBGE. **Resultados Gerais da Amostra: Errata Migração.** Disponível em:<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010)>. Acesso em: 30 nov. 2013.

MATOS, P.F.; PESSÔA, V.L.S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. *Geo UERJ*, ano 13, n.22, v.2, 2011, p. 290-322.

NERI, M.; SOARES, W. L. Políticas Sociais, Renda E Saúde Na Terceira Idade. XV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu-MG. **Anais...** Campinas: ABEP, 2006.

OJIMA, R. As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um estado “ganhador”. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 27, no. 1, p. 147-154, jan./jun., 2012.

OJIMA, R.; NASCIMENTO, T.C.L. Nos caminhos para o Nordeste: reflexões sobre os impactos diretos e indiretos da migração de retorno no período recente. **UFRN**. 2014. Mimeo.

OLIVEIRA, K. F. e JANNUZI, P. M. Motivos para migração no BRASIL e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 89-113, jan./jun. 2010, p. 8 e 9.

OLIVEIRA, L.A.P.; OLIVEIRA, A.T.R. (Orgs.) Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. **Série Estudos e Análises: Informação demográfica e socioeconômica.** n.1. Rio de Janeiro: IBGE. 2011.

OLIVEIRA; K.F.; JANNUZZI, P.M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva.** V.19, n.4, p134-143, out/dez, 2005.

QUEIROZ, S.N.de. Migração Interestadual de Retorno: Evidências para o Estado do Ceará – 1975-2010. In: XIX Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. São Pedro-SP: ABEP, nov. 2014, p. 4-9.

REIS, A. L. O. C.; BELTRÃO, K. I. Idosas em Família: Chefia ou Dependência? – determinantes socioeconômico e demográficos para a população feminina. 2008, 2-10 p. XVI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu-MG. **Anais...** Campinas: ABEP, 2008.

RIBEIRO, J.T.L.; CARVALHO, J.A.M.; WONG, L.R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG. **Anais...** Campinas: ABEP, 1996.

RIBEIRO, J.T.L. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991**. Belo Horizonte: CEDEPLAR: Tese de Doutorado, 1997. 206 p.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. **Migração Interna, Textos Selecionados**. Tomo I. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

*Submetido em 21/05/2014.*

*Aprovado em 18/11/2014.*

### **Sobre os autores**

#### **Ricardo Ojima**

Doutor em Demografia pela Unicamp e Mestre em Sociologia pela Unicamp. Desenvolveu pesquisa de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp). Entre 2009 e 2010 foi coordenador do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS) na Fundação João Pinheiro (FJP-MG) e professor na Escola de Governo do Estado de MG. Foi pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp) e colaborador do Departamento de Demografia (Unicamp) entre 2010 a 2011. Desde agosto de 2011 é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Email: ricardo.ojima@gmail.com

#### **Paulo Roberto Medeiros Azevedo**

Possui graduação em Estatística pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; mestrado em Matemática Aplicada Estatística pela Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada e Doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor Associado I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Email: prma@ccet.ufrn.br

#### **Herick Cidarta Gomes Oliveira**

Graduado em Ciências Atuariais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é mestrando em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Email: hcidarta@hotmail.com